

Anuários Estatísticos Regionais

2011

Anuários Estatísticos Regionais – Informação estatística à escala regional e municipal

Os Anuários Estatísticos Regionais constituem a publicação de referência na disponibilização de informação estatística à escala regional e municipal, de apoio à leitura das trajetórias regionais de desenvolvimento e ao estudo de problemáticas de base territorial.

A informação dos Anuários Estatísticos Regionais é disponibilizada através de sete publicações autónomas correspondentes a cada região NUTS II: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores (da responsabilidade do SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores) e Região Autónoma da Madeira (da responsabilidade da DRE – Direção Regional de Estatística da Madeira).

As publicações estão organizadas em quatro capítulos — *O Território, A Atividade Económica, As Pessoas e O Estado* — que abrangem 27 subcapítulos relativos às diversas áreas temáticas. No início de cada subcapítulo apresenta-se um conjunto de indicadores de síntese, visando a comparação do posicionamento relativo das diferentes unidades territoriais no contexto dos fenómenos retratados.

A título ilustrativo, apresenta-se um exemplo de um quadro do subcapítulo *Participação Política*.

IV.3.1 - Indicadores da participação política por município, 2009 e 2011 (continua)

Unidade: %

	Eleição para a Presidência da República				Eleição para a Assembleia da República				Eleição para o Parlamento Europeu			
	Taxa de abstenção	Proporção de votos em branco	Proporção de votos nulos	Proporção de votos do candidato mais votado	Taxa de abstenção	Proporção de votos em branco	Proporção de votos nulos	Proporção de votos do partido/coligação mais votado	Taxa de abstenção	Proporção de votos em branco	Proporção de votos nulos	Proporção de votos do partido/coligação mais votado
	2011								2009			
Portugal	53,5	4,3	1,9	53,0	41,9	2,7	1,4	38,7	63,2	4,6	2,0	31,7
Continente	52,1	4,3	1,9	53,1	40,5	2,7	1,3	38,2	62,2	4,7	2,0	30,9
Norte	50,5	3,9	1,7	57,5	39,8	2,5	1,2	41,3	61,7	4,1	1,7	35,5
Minho-Lima	54,8	3,9	1,4	58,7	47,5	3,0	1,3	43,6	67,4	4,5	1,6	38,3
Arcos de Valdevez	64,8	3,4	1,0	70,2	59,1	2,2	0,9	54,4	75,1	3,7	1,6	49,8
Caminha	53,1	4,3	1,5	52,9	44,2	3,6	1,4	41,1	64,5	5,0	2,1	34,7
Melgaço	70,3	3,7	0,8	65,2	62,7	2,6	1,4	46,0	76,9	4,3	1,3	38,9
(...)												

© INE, I.P., Portugal, 2012. Informação disponível até 30 de setembro de 2012. Information available till 30th September, 2012.

Fonte: Ministério da Administração Interna - Direção-Geral de Administração Interna.

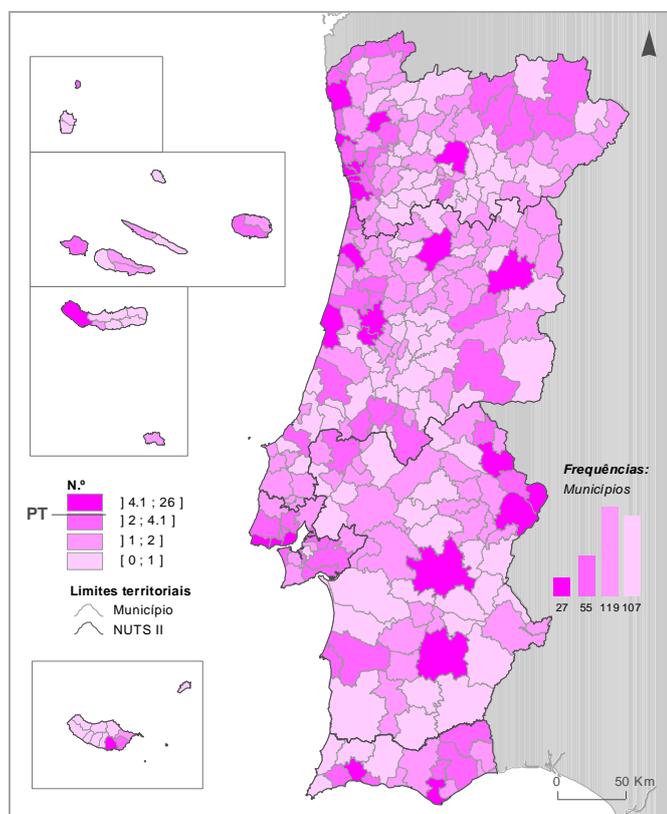
Nota: Os resultados apresentados referem-se ao escrutínio provisório das eleições para a Presidência da República realizadas a 23 de janeiro de 2011, para a Assembleia da República realizadas a 5 de junho de 2011 e para o Parlamento Europeu realizadas a 7 de junho de 2009. Os valores para Portugal incluem a participação eleitoral de portugueses residentes no estrangeiro.

SAÚDE

Em 2011 existiam, em Portugal, cerca de 4,1 médicas/os por 1 000 habitantes, tomando como referência o local de residência do pessoal médico. Este indicador apresentava valores mais elevados nos municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto - Lisboa (15,0) e Oeiras (8,8); Porto (18,2) e Matosinhos (7,5) -, bem como em municípios capitais de distrito: Coimbra (25,9) e Faro (8,2).

O Alentejo (2,2), a Região Autónoma dos Açores (2,3) e a Região Autónoma da Madeira (2,6) eram as NUTS II onde se registava a menor oferta de pessoal médico por habitante, não obstante os municípios capitais de distrito destas regiões apresentarem valores acima da média nacional para este indicador: Évora (5,6), Beja e Portalegre (4,5), Ponta Delgada (4,2) e Funchal (4,9).

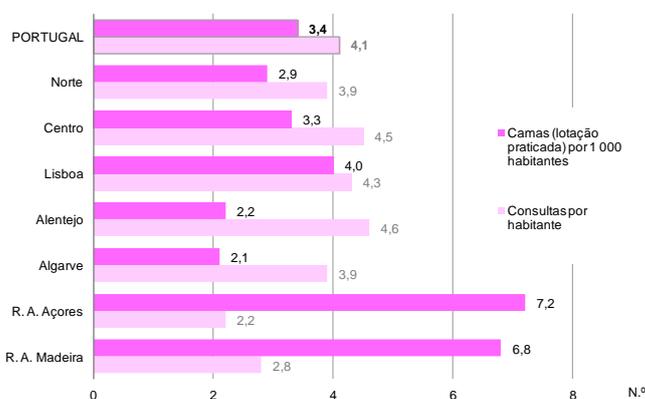
Médicos por 1 000 habitantes, por município, 2011



A análise da informação estatística relativa à saúde pode ser aferida por indicadores associados aos estabelecimentos de saúde (hospitais e centros de saúde) como o número de camas por 1 000 habitantes, bem como o número de consultas por habitante, entre outros. Regionalmente, estes indicadores apresentavam grande diferenciação, verificando-se que, em 2010, os estabelecimentos de saúde das regiões autónomas e da região de Lisboa exibiam os valores mais elevados de oferta de camas por habitante e acima da média nacional (3,4 camas por mil habitantes). O Algarve e o Alentejo eram as regiões com valores mais reduzidos para este indicador de oferta de equipamentos de saúde: 2,1 e 2,2 camas por mil habitantes, respetivamente.

No que concerne às consultas médicas por habitante nos hospitais e centros de saúde, o valor médio nacional de 4,1 consultas era apenas ultrapassado na região do Alentejo com o valor máximo regional de 4,6 consultas por habitante, no Centro (4,5) e em Lisboa (4,3). De notar que os estabelecimentos de saúde das regiões autónomas apresentavam os valores mais reduzidos neste indicador de procura, em contraste com os valores regionais mais elevados na oferta de número de camas em estabelecimentos de saúde por habitante.

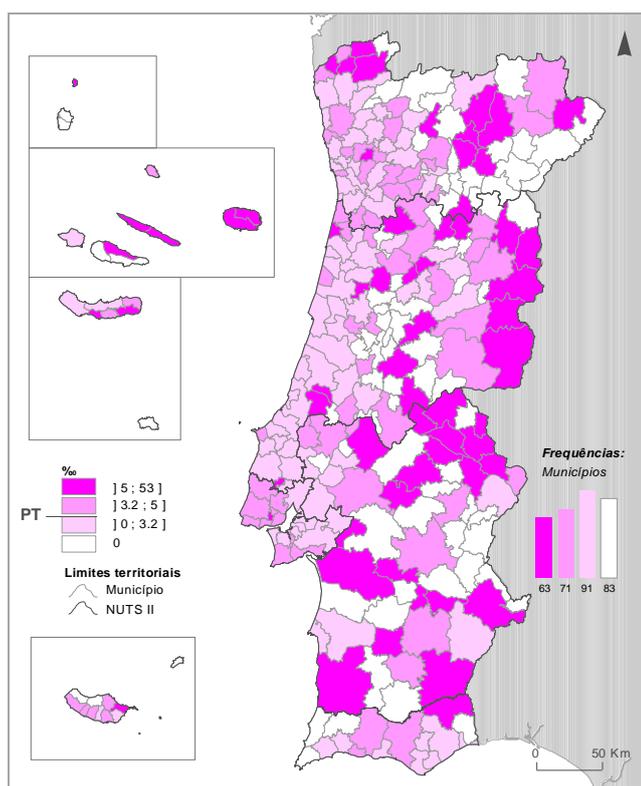
Camas (lotação praticada) por 1 000 habitantes e consultas por habitante nos estabelecimentos de saúde, Portugal e NUTS II, 2010



A taxa quinquenal de mortalidade infantil tem vindo a diminuir progressivamente nos últimos anos, registando-se um valor de 3,2‰ no período 2007/2011. Este indicador apresentava um valor nulo em 83 dos 308 municípios portugueses, situados sobretudo no Interior do Continente, mas também nas regiões autónomas.

Nas regiões NUTS III do Pinhal Interior Sul (6,4‰), do Baixo Alentejo (5,1‰), da Beira Interior Norte (5,0‰), e da Beira Interior Sul (4,8‰) registavam-se os valores mais elevados do país em termos de mortalidade infantil.

Taxa quinquenal de mortalidade infantil, por município, 2007/2011



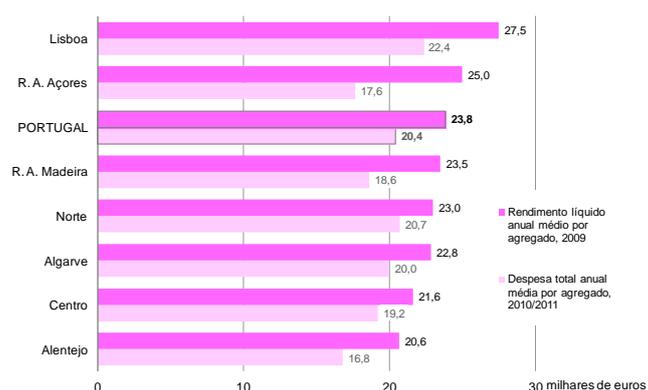
RENDIMENTO E CONDIÇÕES DE VIDA

Segundo os resultados do Inquérito às Despesas das Famílias 2010/2011 os agregados familiares em Portugal detinham um rendimento líquido anual médio de 23,8 mil euros, valor superado, à escala regional,

por Lisboa com um valor de 27,5 mil euros (valor máximo numa análise por NUTS II) e pela Região Autónoma dos Açores com 25,0 mil euros. O rendimento médio mais baixo por agregado situava-se no Alentejo, 20,6 mil euros.

A despesa média dos agregados do país era de 20,4 milhares de euros anuais. Comparando a hierarquia das regiões em termos de despesa e de rendimento, verifica-se que se mantêm as posições relativas das regiões que se situavam na primeira e a última posição: Lisboa com os valores mais elevados de rendimento e de despesa por agregado, contrastando com o Alentejo que apresentava os valores mais baixos em ambos os indicadores. Note-se que a região Norte, apesar de apresentar um rendimento médio por agregado próximo da média nacional, porém inferior, era a segunda região com a despesa média por agregado mais elevada, superando o valor médio nacional. Na Região Autónoma dos Açores registava-se o segundo valor mais baixo de despesa média por agregado, apesar de se situar acima da média nacional no que respeita ao rendimento líquido por agregado.

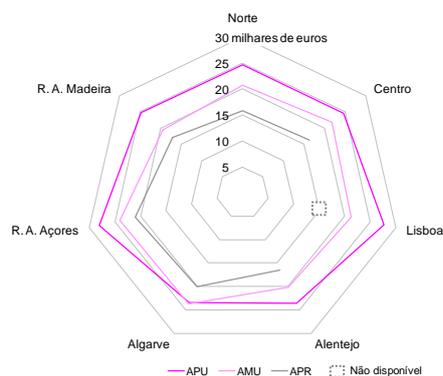
Rendimento líquido anual médio (2009) e despesa total anual média (2010/2011) por agregado, Portugal e NUTS II



O rendimento líquido anual analisado segundo a Tipologia de Áreas Urbanas em Portugal permite verificar que os agregados residentes em áreas predominantemente urbanas (APU) detinham, em média, 25,8 mil euros (valor acima da média nacional

situada em 23,8 mil euros), enquanto que nos agregados das áreas mediantemente urbanas (AMU) se verificava um rendimento líquido anual de 21,3 mil euros, verificando-se o valor do rendimento líquido anual médio mais baixo nos agregados das áreas predominantemente rurais (APR): 16,7 mil euros. Em termos regionais, apenas o Algarve não reproduzia totalmente esta hierarquia, já que, nesta região, o rendimento médio dos agregados das AMU (23,7 mil euros) superava ligeiramente o valor médio das APU (23,5 mil euros). Importa ainda salientar que os agregados das APR das regiões Norte e Centro detinham os menores valores médios de rendimento líquido anual (15,9 e 16,3 milhares de euros, respetivamente).

Rendimento líquido anual médio por agregado, segundo a Tipologia de Áreas Urbanas, por NUTS II, 2009

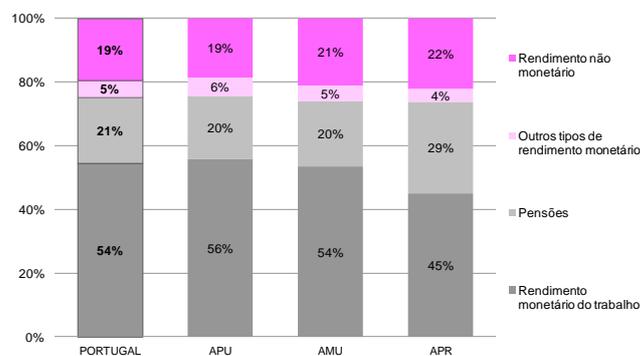


Por fonte de rendimento, cerca de 54% do rendimento líquido dos agregados portugueses provinha do rendimento monetário do trabalho (trabalho por conta de outrem ou trabalho por conta própria), verificando-se ainda que as pensões constituíam a segunda principal fonte de rendimento (21%).

Em Portugal, nas APU verificava-se a maior proporção de rendimento monetário do trabalho (56%), bem como de outros tipos de rendimento monetário¹ (6%). Esta situação contrastava com a verificada nas APR

onde o peso do rendimento proveniente de pensões (29%) ultrapassava a proporção nacional, verificando-se o mesmo quanto à importância relativa do rendimento proveniente de rendimento não monetário²: 22% do rendimento total das APR e 19% do rendimento total nacional. Assim, cerca de 51% do rendimento dos agregados residentes em APR era proveniente de pensões e de rendimento não monetário.

Estrutura do rendimento líquido anual médio por agregado e tipo de rendimento, segundo a Tipologia de Áreas Urbanas, Portugal, 2009



Relativamente à despesa dos agregados familiares, mais de um quarto da despesa destes, independentemente da região, era afectada a *Habituação, água, electricidade, gás e outros combustíveis*. Esta classe de despesa era também a que apresentava maior disparidade em termos regionais: atingia a proporção máxima na Região Autónoma dos Açores com 34,6%, enquanto no Norte não ultrapassava os 26,5%. A segunda maior afectação da despesa correspondeu a *Transportes* com 14,5% da despesa média dos agregados. A despesa em *Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas* surgia em terceiro lugar, correspondendo a 13,3% da despesa média em

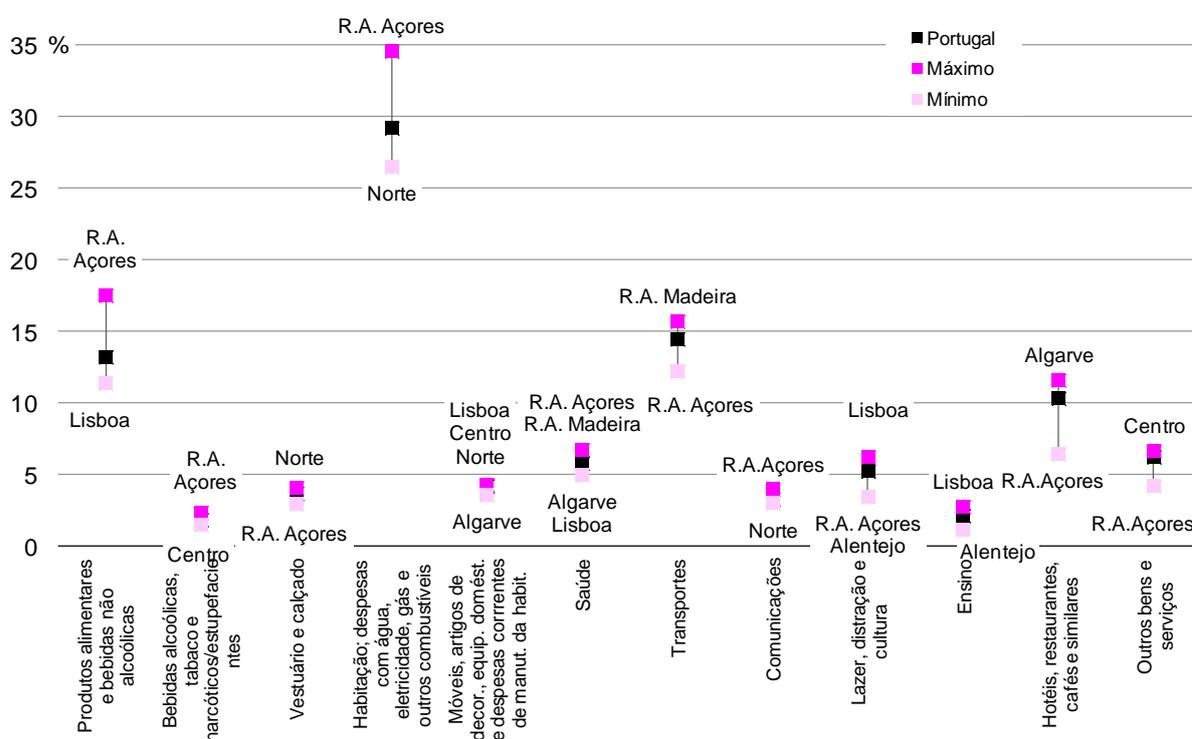
¹ Os outros tipos de rendimento monetário compreendem os rendimentos de propriedade e capital, de outras transferências sociais e de outras transferências privadas.

² O rendimento não monetário compreende o autoabastecimento de bens ou serviços obtidos sem pagamento em estabelecimento explorado pelo agregado, o valor hipotético de renda de casa dos agregados proprietários ou usufrutuários de alojamento gratuito, e os rendimentos em género e salários em espécie.

Portugal e apresentando a maior importância relativa na Região Autónoma dos Açores (17,5%). As maiores disparidades na estrutura regional da despesa verificaram-se, para além da classe da *Habituação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis*, e da classe

Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, também nos *Hotéis, restaurantes, cafés e similares*, cujo peso nos orçamentos familiares se situava entre 6,4% na Região Autónoma dos Açores e 11,6% no Algarve.

Estrutura da despesa total média por agregado e divisão da COICOP, por NUTS II, 2010/2011



COMÉRCIO INTERNACIONAL

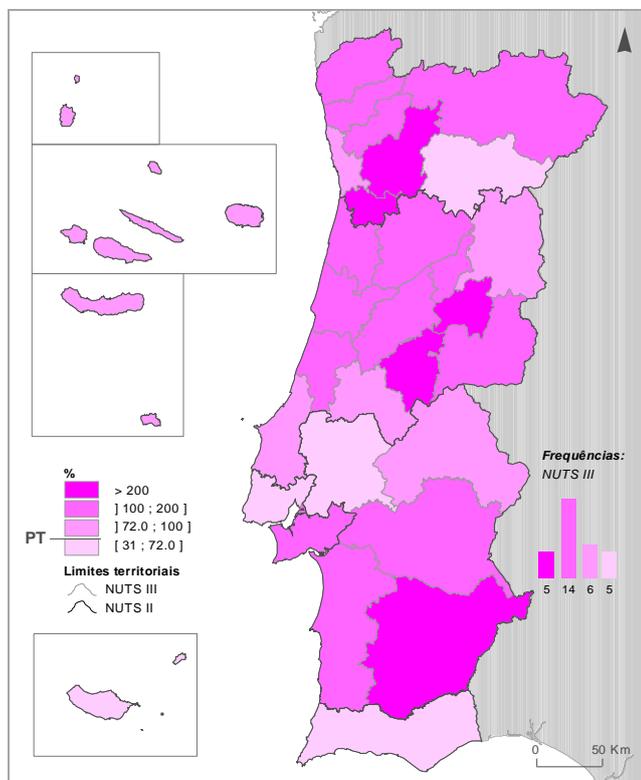
A informação provisória do comércio externo de bens em 2011 revela, comparativamente ao ano anterior, um aumento da capacidade exportadora relativamente às importações: a taxa de cobertura em Portugal aumentou de 64% em 2010 para 72% em 2011.

A análise sub-regional das trocas comerciais com o estrangeiro mostra que 19 das 30 NUTS III do país apresentavam taxas de cobertura das importações pelas exportações acima de 100%, evidenciando a

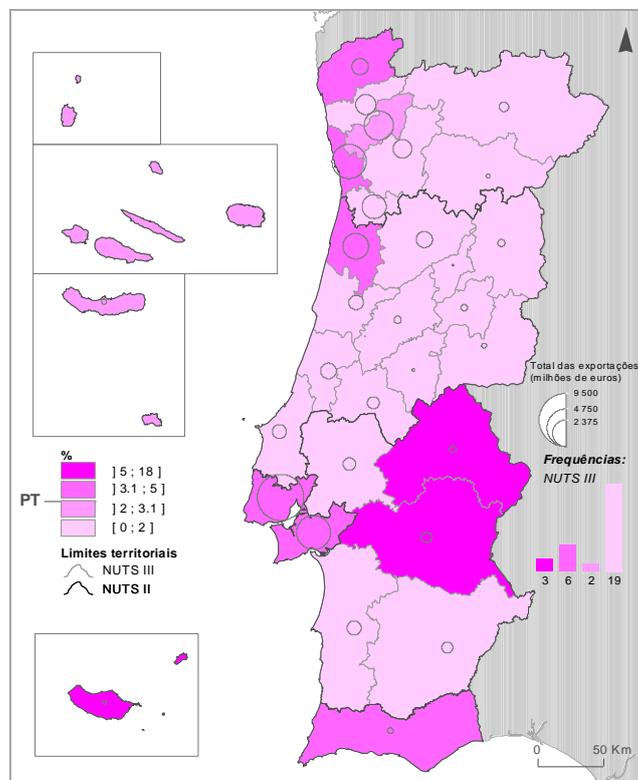
existência de algumas sub-regiões em que o valor das exportações de bens mais que duplicava o valor das importações. Estavam nesta situação o Baixo Alentejo, o Tâmega, a Cova da Beira, o Pinhal Interior Sul e o Entre Douro e Vouga.

As sub-regiões Grande Lisboa, Região Autónoma da Madeira, Algarve, Lezíria do Tejo e Douro revelaram menor capacidade exportadora face ao valor das importações, o que se traduziu em taxas de cobertura abaixo da média nacional.

Taxa de cobertura das importações pelas exportações, por NUTS III, 2011Po



Exportações e proporção de exportações de bens de alta tecnologia, por NUTS III, 2011Po



Em 2011, a proporção de exportações de alta tecnologia praticamente estabilizou face ao ano anterior, tendo-se situado em 3,05% do total de exportações (3,04% em 2010). A nível sub-regional, a proporção mais elevada de exportações de alta tecnologia registou-se na Região Autónoma da Madeira, no Alentejo Central e no Alto Alentejo, sub-regiões que apresentavam contributos pouco expressivos para o volume total da exportação nacional. As sub-regiões que mais contribuíam para o valor total das exportações do país apresentavam também uma proporção de exportações de bens de alta tecnologia acima da média nacional: Grande Lisboa (4,73%), Grande Porto (3,91%), Baixo Vouga (4,42%) e Península de Setúbal (3,33%). Note-se, contudo, que o Ave, apesar de ser a quarta maior sub-região exportadora do país, detinha uma proporção de exportações de bens de alta tecnologia aquém do valor médio nacional (2,16%).

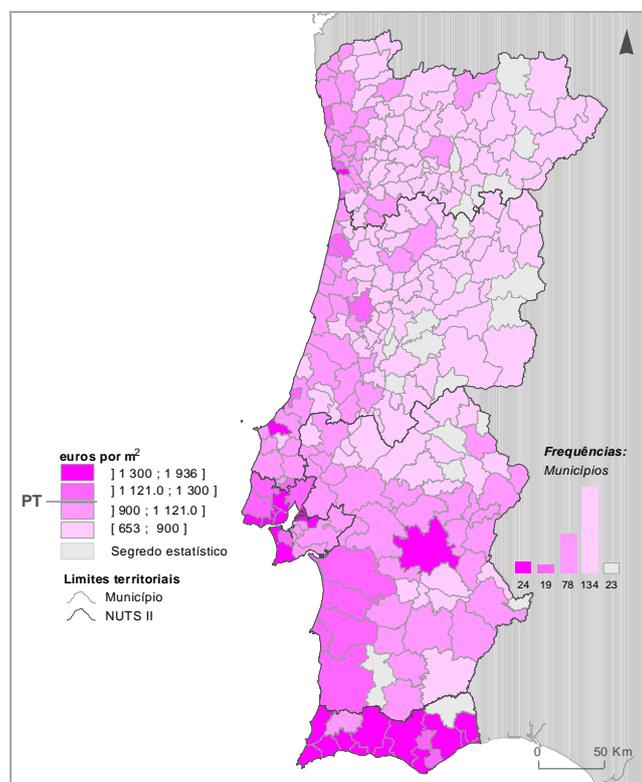
CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

O inquérito às instituições bancárias permite ter uma avaliação dos preços por m² dos diferentes tipos de alojamento, nomeadamente segundo a construção e a tipologia. Em termos globais, em 2011, considerando os alojamentos que foram avaliados pelas instituições bancárias, cada m² em Portugal valia, em média, 1 121€.

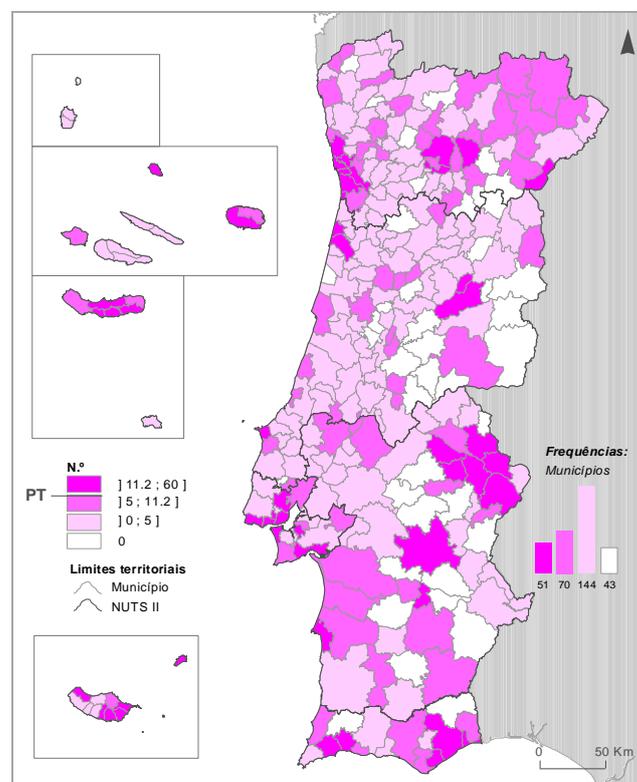
A análise territorial do Continente evidencia valores médios mais baixos nos municípios do Interior das regiões Norte e Centro.

O valor médio do país era superado em apenas 43 dos 278 municípios do Continente, salientando-se a expressão deste conjunto de municípios no Algarve, na Área Metropolitana de Lisboa e no Litoral alentejano.

Valor médio global de avaliação bancária dos alojamentos, por município, 2011



Fogos de habitação social por 1 000 habitantes, por município, 2011



Nos 2 089 bairros sociais existentes em Portugal em 2011, existiam 25 042 edifícios de habitação social correspondentes a 118 570 fogos, situados sobretudo nas regiões Lisboa e Norte, com 52 119 fogos e 41 403 fogos, respetivamente.

A análise do número de fogos de habitação social por mil habitantes destaca os municípios do Grande Porto, da Grande Lisboa e das regiões autónomas pelos valores mais elevados. Os municípios que registavam maior número de fogos de habitação social por mil habitantes eram: Porto (59,6) e Lisboa (49,4).

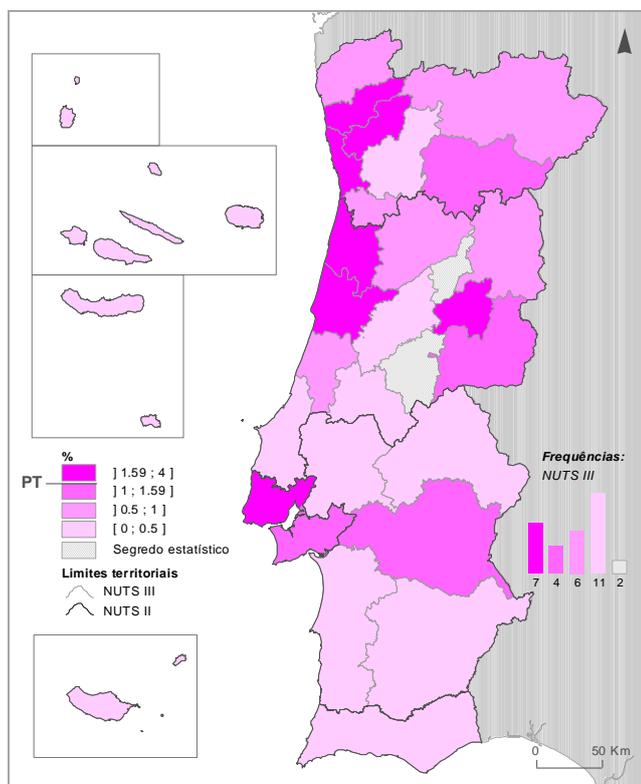
Em 2011 não havia registo de fogos de habitação social em 43 dos 308 municípios do país, situados essencialmente no Interior das regiões Centro e Alentejo.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

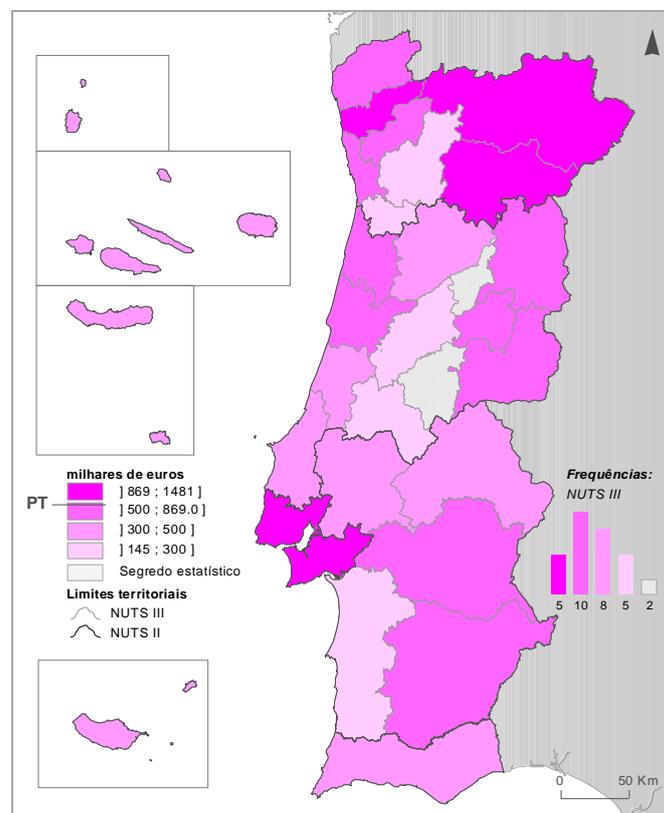
Em 2010, a despesa em I&D a nível nacional foi de cerca de 2 749 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 0,6% face ao ano anterior.

Em Portugal, a importância da despesa em I&D no PIB foi de 1,59%. Em quatro das 30 sub-regiões NUTS III portuguesas, aquela proporção ultrapassava 2%: Baixo Mondego (3,09%), Grande Lisboa (2,48%), Cávado (2,26%) e Baixo Vouga (2,18%). Na região Norte evidenciava-se um contínuo formado pelas sub-regiões Cávado, Ave e Grande Porto com valores acima da média nacional: 2,26%, 1,94% e 1,89%, respetivamente. Considerando as regiões NUTS II, apenas Lisboa se situava acima da média nacional, registando 2,31% do PIB.

Despesa em I&D no PIB, por NUTS III, 2010Pe



Despesa média em I&D por unidade, por NUTS III, 2010



O número de unidades de investigação em Portugal diminuiu pelo segundo ano consecutivo, situando-se, em 2010, em 3 163 unidades. No entanto, a despesa média em I&D registada por estas unidades de investigação tem vindo a aumentar anualmente, atingindo cerca de 869 mil euros em 2010. Este valor médio foi superado, a nível de NUTS III, pela Grande Lisboa (1480,7 milhares de euros) e Península de Setúbal (955,5) Douro (1 107,2), Cávado (1 073,3) e Alto Trás-os-Montes (870).

O inquérito comunitário à inovação (CIS) revelou que, no período 2008-2010, cerca de 60,8% das empresas em Portugal desenvolveram atividades de inovação³. A proporção de empresas com atividade de inovação era mais elevada na região de Lisboa (72,0%), na Região Autónoma dos Açores (70,6%) e na região Centro (64,4%), as três regiões que superavam o valor médio nacional. A Região Autónoma da Madeira (47,8%) era a única NUTS II em que menos de metade das empresas apresentava atividades de inovação naquele período.

Cerca de um quinto do volume de negócios gerado pelas empresas em Portugal resultou, no período 2008-2010, da venda de novos produtos. O Algarve, o Norte e Lisboa eram as regiões em que esta proporção era mais relevante, por oposição às regiões autónomas

³ As empresas com atividades de inovação correspondem às empresas com inovação de produto e/ou inovação de processo e/ou inovações em curso ou abandonadas e/ou inovação organizacional e/ou inovação de marketing.

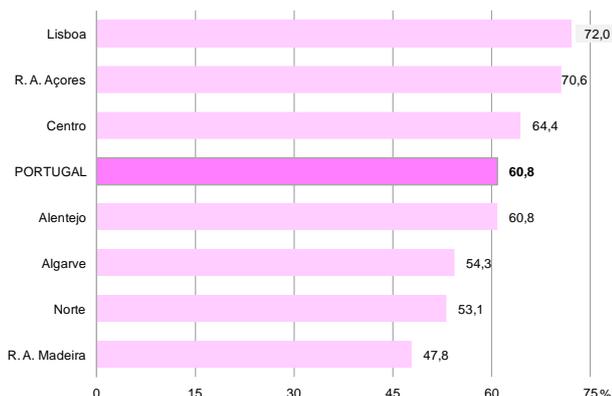
onde a venda de produtos novos contribuía com apenas 7% do total de volume de negócios.

A região de Lisboa (38,6%) e a região Norte (39,8%) foram as únicas NUTS II a apresentar taxas de abstenção abaixo da média nacional nas eleições legislativas. No entanto, se na maior parte dos municípios da região de Lisboa – 13 dos 18 municípios – a taxa de abstenção ficou aquém do valor médio nacional, a análise da região Norte sugere maiores contrastes: o território metropolitano do Porto e municípios envolventes registaram uma participação nas eleições legislativas superior à média nacional, mas o Interior Norte e a sub-região do Minho-Lima apresentaram níveis mais elevados de abstenção (em particular nos municípios de Melgaço – 62,7%, Arcos de Valdevez – 59,1% e Monção – 54,2%).

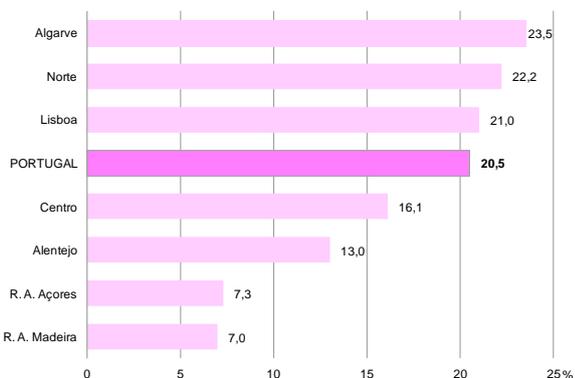
Nas sub-regiões a Sul da região Centro, bem como no Alto Alentejo e no Alentejo Litoral, situavam-se alguns dos municípios com maior nível de participação nas eleições para a Assembleia da República: Sardoal (30%), Vila de Rei (30,5%) e Mação (31,7%) apresentavam os valores mais baixos da taxa de abstenção.

Os municípios do país com taxas de abstenção acima de 60% situavam-se maioritariamente na Região Autónoma dos Açores: Ribeira Grande (65,7%), Vila do Porto (64,3%), Vila Franca do Campo (64,0%), Lagoa (63,5%), Ponta Delgada (61,0%) e Vila Praia da Vitória (60,4%).

Proporção de empresas com atividades de inovação, Portugal e NUTS II, 2008-2010



Proporção de volume de negócios resultante da venda de produtos novos, Portugal e NUTS II, 2008-2010



PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Em 2011 realizaram-se em Portugal 2 atos eleitorais: Assembleia da República e Presidência da República. Em cada um destes atos eleitorais a taxa de abstenção do país atingiu o valor máximo dos últimos 20 anos: 53,5% na eleição do Presidente da República e 41,9% na eleição para a Assembleia da República.

Taxa de abstenção na eleição para a Assembleia da República, por município, 2011

